

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	48
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	49
--	----

Motivos de Reapresentação	50
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	784.828.529
Preferenciais	0
Total	784.828.529
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.631.891	1.609.899
1.01	Ativo Circulante	97.832	65.504
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.467	9.658
1.01.03	Contas a Receber	36.603	21.348
1.01.03.01	Clientes	36.441	21.304
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	162	44
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.563	2.462
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.563	2.462
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.060	1.308
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	48.139	30.728
1.01.08.03	Outros	48.139	30.728
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	48.139	30.728
1.02	Ativo Não Circulante	1.534.059	1.544.395
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	28.098	29.138
1.02.01.06	Tributos Diferidos	14.155	14.879
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	13.943	14.259
1.02.03	Imobilizado	1.494.410	1.503.542
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.485.237	1.494.379
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	9.173	9.163
1.02.04	Intangível	11.551	11.715
1.02.04.01	Intangíveis	11.551	11.715

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.631.891	1.609.899
2.01	Passivo Circulante	109.989	103.671
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	68	56
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	68	56
2.01.02	Fornecedores	11.339	9.093
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.339	9.093
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.706	3.919
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.133	1.320
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.683	0
2.01.03.01.02	INSS	93	103
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	1.344	1.182
2.01.03.01.04	Outros	13	35
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.429	2.447
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	144	152
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	51.588	48.688
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	46.734	46.682
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	46.734	46.682
2.01.04.02	Debêntures	4.854	2.006
2.01.06	Provisões	41.288	41.915
2.01.06.02	Outras Provisões	41.288	41.915
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	8.431	9.758
2.01.06.02.04	Uso do bem público	1.416	1.304
2.01.06.02.05	Provisão para constituição de ativos	27.635	27.984
2.01.06.02.06	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2.973	2.039
2.01.06.02.07	Credores diversos	833	830
2.02	Passivo Não Circulante	692.531	682.609
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	657.426	661.952
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	389.716	400.090
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	389.716	400.090
2.02.01.02	Debêntures	267.710	261.862
2.02.02	Outras Obrigações	22.252	7.252
2.02.02.02	Outros	22.252	7.252
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	22.252	7.252
2.02.04	Provisões	12.853	13.405
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.527	1.591
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.527	1.591
2.02.04.02	Outras Provisões	11.326	11.814
2.03	Patrimônio Líquido	829.371	823.619
2.03.01	Capital Social Realizado	784.829	783.829
2.03.04	Reservas de Lucros	44.542	39.790
2.03.04.01	Reserva Legal	3.369	3.369
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	20.420	20.420
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	16.001	16.001
2.03.04.10	Lucro Líquido do Período	4.752	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	45.678	47.735
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-21.968	-21.386
3.02.01	Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	-4.977	-4.753
3.02.02	Outros Custos operacionais	-2.519	-5.142
3.02.03	Depreciação e amortização	-9.113	-9.397
3.02.04	Uso do bem publico	-94	-94
3.02.05	Energia elétrica comprada para revenda	-5.265	-2.000
3.03	Resultado Bruto	23.710	26.349
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-870	-1.529
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-870	-1.529
3.04.02.03	Outras receitas	0	31
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-99	-99
3.04.02.06	Administrativas e Gerais	-736	-1.117
3.04.02.07	Pessoal	-35	-344
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	22.840	24.820
3.06	Resultado Financeiro	-15.681	-19.392
3.06.01	Receitas Financeiras	1.172	931
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.853	-20.323
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.159	5.428
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.407	-1.891
3.08.01	Corrente	-1.683	-1.891
3.08.02	Diferido	-724	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.752	3.537
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.752	3.537
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00606	0,00523

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	4.752	3.537
4.03	Resultado Abrangente do Período	4.752	3.537

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	18.698	27.796
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	32.330	33.039
6.01.01.01	Lucro/prejuízo do exercício	4.752	3.537
6.01.01.02	Depreciação e amortização	9.306	9.590
6.01.01.03	Impostos diferidos	724	0
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado	123	393
6.01.01.05	Encargos de dívidas	16.730	20.287
6.01.01.06	Outras variações monetárias líquidas	34	31
6.01.01.07	Descontos financeiros obtidos	-11	-2
6.01.01.08	Receita de aplicação financeira	-1.011	-797
6.01.01.09	Impostos correntes	1.683	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-13.632	-5.243
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-15.137	-2.798
6.01.02.02	Impostos a compensar	1.887	672
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	-759	300
6.01.02.04	Outros ativos circulantes	-111	-15
6.01.02.05	Outros ativos não circulantes	316	887
6.01.02.06	Encargos setoriais	880	249
6.01.02.07	Salários, férias e encargos	12	20
6.01.02.08	Provisão para constituição de ativos	-349	-1.394
6.01.02.09	Tributos e contribuições sociais a recolher	104	3.160
6.01.02.10	Outros passivos circulantes	-342	376
6.01.02.11	Outros passivos não circulantes	0	-347
6.01.02.12	Provisão para compensação ambiental	-1.327	-884
6.01.02.13	Contingências	-64	569
6.01.02.14	Fornecedores	2.246	-6.041
6.01.02.15	Partes relacionadas - Reembolso de despesas	0	3
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social recolhidos	-988	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-16.533	-530
6.02.01	Aplicações em investimentos de curto prazo	-16.400	-395
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-133	-135
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.356	-18.846
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	16.000	0
6.03.04	Amortização e pagamento de juros de financiamento	-18.356	-18.846
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-191	8.420
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.658	4.184
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.467	12.604

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	783.829	0	67.373	-27.583	0	823.619
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	783.829	0	67.373	-27.583	0	823.619
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000	0	0	0	0	1.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000	0	0	0	0	1.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.752	0	4.752
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	4.752	0	4.752
5.05.02.06	Prejuízo do exercício	0	0	0	4.752	0	4.752
5.07	Saldos Finais	784.829	0	67.373	-22.831	0	829.371

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	759.242	0	67.373	-17.603	0	809.012
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	759.242	0	67.373	-17.603	0	809.012
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.537	0	3.537
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.537	0	3.537
5.07	Saldos Finais	759.242	0	67.373	-14.066	0	812.549

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	51.076	52.756
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	51.076	52.725
7.01.02	Outras Receitas	0	31
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.005	-12.264
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.091	-3.966
7.02.04	Outros	-11.914	-8.298
7.02.04.01	Energia elétrica comprada para revenda	-5.265	-2.000
7.02.04.02	Encargos de uso da rede elétrica (CUST)	-4.977	-4.753
7.02.04.03	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-1.052	-460
7.02.04.04	Outros custos operacionais	-620	-1.085
7.03	Valor Adicionado Bruto	38.071	40.492
7.04	Retenções	-9.306	-9.590
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.306	-9.590
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	28.765	30.902
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.172	931
7.06.02	Receitas Financeiras	1.172	931
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	29.937	31.833
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	29.937	31.833
7.08.01	Pessoal	197	451
7.08.01.01	Remuneração Direta	140	334
7.08.01.02	Benefícios	43	81
7.08.01.03	F.G.T.S.	14	36
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.965	7.174
7.08.02.01	Federais	7.965	7.174
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.023	20.671
7.08.03.01	Juros	16.729	20.287
7.08.03.02	Aluguéis	170	348
7.08.03.03	Outras	124	36
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.752	3.537
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.752	3.537

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Aos acionistas

A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao período de 3 meses findos em 31 de março de 2017 comparativamente a 31 de dezembro de 2016 para o balanço patrimonial e período de 3 meses findo em 31 de março de 2016 para a demonstração do resultado, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Breve histórico da Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Companhia de capital aberto, constituída em 10 de agosto de 2010.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída e pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045).

A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari e Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:

Comentário do Desempenho



A Companhia conta com três unidades geradoras de energia, cuja entrada em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

2. Governança corporativa

A Ferreira Gomes pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

Diretoria estatutária

A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores:

- (i) administrativo financeiro;
- (ii) de relações com investidores, e
- (iii) técnico.

Conselho fiscal

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um conselho fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do conselho fiscal for solicitada,

Comentário do Desempenho

a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

3. Desempenho econômico-financeiro

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/03/2017	31/03/2016	Variação %
Receita operacional bruta	51.076	52.725	-3,1%
(-) Deduções da receita operacional	(5.398)	(4.990)	8,2%
Receita operacional líquida	45.678	47.735	-4,3%
(-) Custos operacionais	(21.968)	(21.386)	2,7%
Lucro bruto	23.710	26.349	-10,0%
(-) Despesas/receitas operacionais	(870)	(1.529)	-43,1%
(-) Despesas/receitas financeiras	(15.681)	(19.392)	-19,1%
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	7.159	5.428	31,9%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.407)	(1.891)	27,3%
Lucro do período	4.752	3.537	34,4%
Ativo total	1.631.891	1.645.998	-0,9%
Investimentos	1.505.961	1.551.480	-2,9%

Comentários relevantes

A Companhia registrou Receita Líquida de R\$ 51,1 milhões no período de 3 meses findo em 31 de março de 2017, em comparação aos R\$ 52,7 milhões do mesmo período de 2016. A variação negativa de 3,1% é principalmente pelo redução da comercialização no ambiente livre e na liquidação da CCEE conforme demonstrado na nota explicativa nº 21 – Receita Operacional Líquida.

Os custos e despesas operacionais dos períodos de 3 meses findos em 31 de março de 2017 e 2016 apresentam se em linha com a receita operacional bruta. A variação de 2,7% de aumento e 43,1% de redução, respectivamente, são demonstrados em nota explicativa nº 22 – Custos e Despesas Operacionais.

O resultado financeiro apresenta-se em linha com a receita operacional bruta. A variação de redução em 19,1% é justificada pelo redução dos encargo de dividas, em função da amortização das parcelas do principal das debêntures e são demonstrados em nota explicativa nº 23 – Resultado Financeiro.

A provisão de imposto de renda e contribuição social correntes estão em linha com o resultado dos períodos de 3 meses findos em 31 de março de 2017 e 2016.

Devido ao fato da Ferreira Gomes Energia S.A ser uma “SPE” sociedade de propósito específico, não houveram investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Os recursos para implantação, construção e operação da UHE Ferreira Gomes foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A, bem como de empréstimos e financiamentos captado de terceiros, incluindo a emissão de debêntures.

Comentário do Desempenho

EBITDA

(Em milhares de reais)

	31/03/2017	31/03/2016
Lucro do período	4.752	3.537
(+) Resultado financeiro	15.681	19.392
(+) Depreciação e amortização	9.306	9.590
(+) IR/CS correntes	2.407	1.891
(=) EBITDA	32.146	34.410

Endividamento

(Em milhares de reais, exceto índice de endividamento líquido)

	31/03/2017	31/12/2016
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(51.588)	(48.688)
Não circulante	(657.426)	(661.952)
Dívida total	(709.014)	(710.640)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	57.606	40.386
Dívida líquida	(651.408)	(670.254)
Patrimônio líquido	829.371	823.619
Índice de endividamento líquido	0,79	0,81

4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e em 31 de março de 2017 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha no seu quadro 07 colaboradores.

5. Responsabilidade sócioambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região.

Comentário do Desempenho

Abaixo destacamos os principais projetos implantados:

Programa de Resgate de Fauna;
Programa de Resgate de Ictiofauna e Invertebrados Aquáticos;
Programa de Controle Ambiental da Obra;
Programa de Qualificação de mão de obra e estágio para jovens;
Programa de Apoio a Projetos Esportivos e Culturais;
Programa de Apoio ao Turismo Sustentável em Ferreira Gomes;
Programa de Apoio aos Agricultores Familiares e Comunidades Ribeirinhas;
Programa de Monitoramento de Vetores e Controle da Malária;
Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias;
Programa de Apoio ao Turismo Sustentável em Ferreira Gomes;
Programa de Apoio à Elaboração de Planos Diretores de Ferreira Gomes e Porto Grande;
Programa de Gestão Socioambiental Integrada;
Programa de Desenvolvimento de Fornecedores locais.

Abaixo destacamos os principais projetos em andamento:

Programa de Incentivo à Pesquisa;
Programa de Monitoramento da Qualidade de Água;
Programa de Monitoramento de Peixes e Invertebrados Aquáticos;
Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico e Meteorológico;
Programa de Suporte à Implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Araguari;
Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.
Programa de Incentivo à Pesquisa;
Programa de Monitoramento da Qualidade de Água;
Programa de Monitoramento de Peixes e Invertebrados Aquáticos;
Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico e Meteorológico;
Programa de Desenvolvimento de Fornecedores locais;
Programa de Suporte à Implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Araguari;
Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

6. Auditoria Independente

Em 05 de maio de 2016, a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) celebrou com a Ferreira Gomes Energia S.A., o “Contrato Global para Prestação de Serviços de Auditoria”, durante o período de 03 (três) anos.

Nesse sentido, para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2017, bem como as informações contábeis intermediárias, foram contratados os seguintes serviços: (i) revisão das informações contábeis intermediárias – ITRs da Companhia, preparadas de acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e cujas informações financeiras serão preparadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB para o trimestre findo em 31 de março e para os trimestres a findarem-se em 30 de junho e 30 de setembro de 2017, com a emissão de relatórios de revisão sobre essas informações contábeis intermediárias - ITRs; (ii) Revisão da consistência das informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras com aquelas divulgadas no Formulário de Referência; e (iv) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017, a serem preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de

Comentário do Desempenho

contabilidade IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) com a emissão de parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Notas Explicativas

*Ferreira Gomes Energia S.A.
Informações trimestrais
31 de março de 2017*

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou “Companhia”) foi constituída no dia 10 de agosto de 2010 com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes com potência mínima instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A acionista controladora da Ferreira Gomes Energia S.A. é a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), com sede em São Paulo.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída e controlada direta pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do respectivo contrato, ou seja, até 09 de novembro de 2045.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 12.

A Companhia está em plena operação comercial, porém merece destaque que antecipou a entrada em operação de duas unidades geradoras conforme abaixo:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

As operações da UHE foram iniciadas no final do exercício de 2014 e durante os últimos exercícios a Companhia continua realizando os pagamentos significativos que estavam programados para a conclusão da obra, conforme apresentados nas rubricas de Fornecedores, Provisão para Constituição de Ativos e Provisão para Gastos Ambientais, por esse motivo a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$ 12.157 em 31 de março de 2017 (R\$ 38.167 em 31 de dezembro de 2016) dependendo de aportes de recursos financeiros dos seus acionistas juntamente com os resultados futuros, suportados por projeções aprovadas pela administração quanto à evolução positiva de resultados futuros, suficientes para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados. Em 31 de março de 2017 a administração estima

Notas Explicativas

que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada em Reunião de Diretoria realizada em 12 de maio de 2017.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB e pelo comitê dos pronunciamentos contábeis (CPC), que tratam dos relatórios intermediários, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM. Estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, IFRS e outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de março de 2017.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a *International Financial Reporting Standards* (IFRS) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

Notas Explicativas

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais às demonstrações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3.1.3); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.1.4);

Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais (Nota 10); Provisões para contingências (Nota 17).

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

1.2 Contas a receber de clientes

A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de março de 2017 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa.

1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. Em 31 de março de 2017, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

Notas Explicativas

1.5 *Instrumentos financeiros derivativos*

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o período findo em 31 de março de 2017, incluindo operações de *hedge*.

3.2 **Provisões e passivos circulantes e não circulantes**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.3 **Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debentures, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado. Posteriormente são mantidos ao custo amortizado.

Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debentures são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.4 **Instrumentos financeiros - apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 **Imobilizado**

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de março de 2017 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC).

Notas Explicativas

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.6 Intangível

Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização.

Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI, a valor presente, e a contrapartida na conta de ativo intangível. O valor do UBP é trazido a valor presente até a data de entrada em operação, atualizado anualmente utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

3.7 Tributação

7.1 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

7.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitado a 30% do lucro real do exercício.

7.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Notas Explicativas

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.9 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas à título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

3.10 Reconhecimento da receita

10.1 *Receita de geração de energia elétrica*

A Companhia reconhece a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais. As receitas referentes as vendas realizadas no Ambiente Livre - ACL são também registradas no mês de competência, por meio de uma estimativa contábil do faturamento. A emissão do documento fiscal pertinentes a tais vendas dar-se-á até o final da primeira quinzena subsequente ao mês de competência.

10.2 *Receita de juros*

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.11 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Notas Explicativas

4 Pronunciamentos novos ou revisados

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período.	A Administração da Companhia iniciou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.	
IFRS 16 – Leases	1º de janeiro de 2019	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.	

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	31/03/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa			
Fundo fixo	-	4	4
Banco conta movimento	-	2.605	6.096
Aplicações financeiras de liquidez imediata	De 0 a 20% do CDI	2.194	2.165
Certificados de depósitos bancários	De 85 a 100% do CDI	4.664	1.393
		<u>9.467</u>	<u>9.658</u>

A aplicação financeira de liquidez imediata refere-se a uma aplicação automática vinculada a conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

Certificados de depósitos bancários – CDB's, realizado com instituições do mercado financeiro nacional.

6 Títulos e valores mobiliários

	31/03/2017	31/12/2016
Títulos e valores mobiliários		
BNDES	37.114	20.024
Debêntures	11.025	10.704
	<u>48.139</u>	<u>30.728</u>

Este saldo refere-se a garantia do contrato de debêntures conforme Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão. E, também a garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora no período de curto prazo.

Em 15 de março de 2017, a Companhia efetuou o depósito de R\$ 16.524 na Conta Reserva BNDES de modo a estar adimplente com o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) do Contrato de Financiamento do BNDES, conforme determina a cláusula Décima Primeira, do item XVI, alínea (ii) do referido contrato.

Notas Explicativas

7 Contas a receber de clientes

O saldo de 31 de março de 2017 é substancialmente constituído pelos valores faturados nos meses de fevereiro e março, e que terão sua liquidação em abril de 2017. Cabe ressaltar que os valores faturados de suprimento de energia elétrica são recebidos em 3 parcelas decendiais que são liquidadas a partir dos dias 15, 25 e 05 dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado - CCEAR's.

	Nota	31/03/2017	31/12/2016
Ativo circulante			
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado		11.241	11.524
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	18.1	16.796	5.293
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre		8.404	4.487
		36.441	21.304

8 Despesas pagas antecipadamente

	31/03/2017	31/12/2016
Ativo circulante		
Prêmio de seguros - diversos	793	41
Prêmio de seguros - risco hidrológico	1.267	1.267
	<u>2.060</u>	<u>1.308</u>
Ativo não circulante		
Prêmio de seguros - risco hidrológico	13.943	14.259
	<u>13.943</u>	<u>14.259</u>
	16.003	15.567

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. Em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes.

A postergação do pagamento do prêmio de risco para fazer frente aos efeitos de 2015 é de 13 anos e 3 meses a partir de janeiro de 2016 de com início de pagamento de prêmio a partir de 01 de abril de 2029 à CCRBT – Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias e término em 31 de dezembro de 2044. (data de término do suprimento dos CCEARs). A partir de janeiro de 2016 ocorre mensalmente a amortização do prêmio de seguro do risco hidrológico. O registro consistiu na criação de uma Despesa antecipada em contrapartida à redução do custo de energia comprada para revenda no resultado. O saldo do montante repactuado na data de 31 de março de 2017 é de R\$ 15.210 segregado entre circulante e não circulante.

Notas Explicativas

9 Tributos e contribuições sociais

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

<u>Ativo circulante</u>	31/03/2017	31/12/2016
<u>Tributos e contribuições sociais a compensar</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	734	2.049
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	379	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	73	73
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	135	134
Imposto sobre Serviços - ISS	102	102
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4	4
Pis/Cofins/Contr.Social (lei 10.833/2003)	136	100
	<u>1.563</u>	<u>2.462</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5	7
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	93	103
Imposto sobre Serviços - ISS	144	152
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.429	2.447
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	1.236	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	447	-
Programa de Integração Social - PIS	239	210
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.105	972
Outros	8	28
	<u>5.706</u>	<u>3.919</u>

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Prejuízo fiscais por exercício

Exercício findo em 2010	(82)
Exercício findo em 2011	(667)
Exercício findo em 2012	(702)
Exercício findo em 2013	(1.523)
Exercício findo em 2014 - lucro presumido	-
Exercício findo em 2015	(25.962)
Exercício findo em 2016	(14.826)
Período findo em 31 de março de 2017	2.129
	<u>(41.633)</u>

Imposto de Renda Diferido	Contribuição Social Diferida
----------------------------------	-------------------------------------

b) Base de Cálculo IR e CSLL

	<u>(41.633)</u>	<u>(41.633)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>10.408</u>	<u>3.747</u>
Total IRPJ e CSLL Diferido	10.408	3.747

Notas Explicativas

Este saldo foi composto por prejuízos acumulados conforme demonstrado acima, o qual a sua recuperabilidade, está suportada por projeções aprovadas pela Administração quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia que preveem que a realização do IR/CSLL diferidos em seus próximos exercícios.

	Saldo de Tributo Diferido em 2016	Tributo Diferido no Período de 2017	Saldo de Tributo Diferido em 31/03/2017
c) Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal	(43.762)	2.129	(41.633)
Imposto de renda diferido	10.941	533	10.408
Contribuição social diferido	3.938	191	3.747
	14.879	724	14.155

11 Imobilizado

As adições registradas no ativo imobilizado desde o período em implantação até o período findo em 31 de março de 2017 representam, substancialmente investimentos em materiais, equipamentos, serviços e os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção, destinados à implantação e finalização da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. O imobilizado está constituído da seguinte forma em 31 de março de 2017:

Notas Explicativas

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/03/2017
Imobilizado em serviço					
Terrenos	-	16.708	-	-	16.708
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%	808.606	-	-	808.606
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	140.646	-	-	140.646
Máquinas e equipamentos	2,78%	601.122	-	-	601.122
Veículos	14,29%	416	-	-	416
Móveis e utensílios	6,29%	2.432	-	-	2.432
Total do imobilizado em serviço		1.569.930	-	-	1.569.930
(-) Depreciação acumulada					
Reservatórios, barragens e adutoras		(36.391)	(4.041)	-	(40.432)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(7.178)	(861)	-	(8.039)
Máquinas e equipamentos		(31.387)	(4.179)	-	(35.566)
Veículos		(278)	(22)	-	(300)
Móveis e utensílios		(317)	(39)	-	(356)
Total da depreciação acumulada		(75.551)	(9.142)	-	(84.693)
Total do ativo imobilizado em serviço		1.494.379	(9.142)	-	1.485.237
Imobilizado em curso					
Veículos		329	-	(31)	298
Adiantamento a fornecedor		6.221	18	(21)	6.218
Depósitos judiciais		2.592	115	(50)	2.657
Edificações, obras civis e benfeitorias		21	-	(21)	-
Total do ativo imobilizado em curso		9.163	133	(123)	9.173
Total do imobilizado		1.503.542	(9.009)	(123)	1.494.410

Notas Explicativas

12 Intangível

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2016	Adições	Saldo em 31/03/2017
Intangível em serviço				
Uso do bem público	3,19%	11.769	-	11.769
Software	20,77%	732	-	732
Outros intangíveis	13,29%	963	-	963
Total intangível em serviço		13.464	-	13.464
(-) Amortização acumulada				
Uso do bem público		(812)	(94)	(906)
Software		(302)	(38)	(340)
Outros intangíveis		(635)	(32)	(667)
Total amortização		(1.749)	(164)	(1.913)
Total do intangível		11.715	(164)	11.551

Uso do bem público - conforme estabelecido no contrato de concessão a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 927, valor original, a partir de 04 de novembro de 2014, data de início da operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE, até o 35º ano da concessão (11/2045). A obrigação registrada na contabilidade refere-se ao pagamento total da dívida e atualizado anualmente, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

13 Fornecedores

	31/03/2017	31/12/2016
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	1.983	1.981
Materiais e serviços	9.356	7.112
Total	11.339	9.093

Notas Explicativas

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

Encargos	31/03/2017			31/12/2016			
	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total	
Moeda nacional - circulante							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	14.617	734	15.351	14.566	745	15.311
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	5.785	291	6.076	5.765	295	6.060
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	653	33	686	651	33	684
BNDES - Subcrédito D	2,5%	24.705	156	24.861	24.705	162	24.867
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	1.105	5.068	6.173	1.105	2.220	3.325
(-) custo de captação - a amortizar		(1.559)	-	(1.559)	(1.559)	-	(1.559)
Total		45.306	6.282	51.588	45.233	3.455	48.688
Moeda nacional - não circulante							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	191.244	-	191.244	194.213	-	194.213
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	75.693	-	75.693	76.868	-	76.868
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	8.540	-	8.540	8.673	-	8.673
BNDES - Subcrédito D	2,5%	117.347	-	117.347	123.524	-	123.524
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	278.243	2.330	280.573	275.054	-	275.054
(-) custo de captação - a amortizar		(15.971)	-	(15.971)	(16.380)	-	(16.380)
Total		655.096	2.330	657.426	661.952	-	661.952
Total geral		700.402	8.612	709.014	707.185	3.455	710.640

Em 28 de dezembro de 2012 a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610. Até 31 de março de 2017 foram liberados o montante de R\$ 468.310. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,34% ao ano + TJLP (referente aos subcréditos A, B e C), sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15 de maio de 2015 e a última será em 15 de abril de 2031; juros de 2,50% ao ano (referente ao subcrédito D) cuja a primeira amortização iniciou-se em 15 de maio de 2015 e a última será 15 de dezembro de 2022. Os juros incorridos do contrato de financiamento do BNDES, foram incorporados ao principal trimestralmente, nos dias 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015. E, até 30 de abril de 2015 foi incorporado o montante de R\$ 53.610 ao principal da dívida.

Notas Explicativas

O contrato com BNDES estabelece apuração anual de cláusulas restritivas, as quais institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras:

- manter Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação.

Em razão da apuração ser anual, não houve apuração desses índices para o contrato com o BNDES para primeiro trimestre de 2017.

As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas:

- Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo mas não se limitando a:

- (a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
- (b) Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia;
- (c) As garantias constantes do CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.;
- (d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Contra Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e
- (e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.

- Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A.

Notas Explicativas

Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de debêntures no valor de R\$ 210.900 (210.900 duzentos e dez mil e novecentos debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1); os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar, controladora da Companhia, é garantidora dessa dívida. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017, que compreende o período de carência. Em 15 de junho de 2015 a Companhia realizou o primeiro pagamento semestral dos juros remuneratórios. Durante o período de carência a Companhia desembolsará o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% serão incorporados ao valor principal da dívida, e quando o montante de juros correspondente a parcela da TJLP vier a exceder os 6% ao ano, este valor também será incorporado ao principal. Até o período de 3 meses findo em 31 de março de 2017 foram incorporados o montante de R\$ 30.866. Em 15 de dezembro de 2017 ocorrerá a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debentures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); tais cláusulas instituem que a Companhia deverá:

- Comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos).

Em 31 de março de 2017 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) para o contrato de debêntures.

Notas Explicativas

- b. As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2016	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização	31/03/2017
Moeda nacional					
BNDES - Subcrédito A	209.522	-	4.899	(7.828)	206.593
BNDES - Subcrédito B	82.927	-	1.939	(3.098)	81.768
BNDES - Subcrédito C	9.360	-	219	(350)	9.229
BNDES - Subcrédito D	148.392	-	897	(7.080)	142.209
3º emissão de debêntures	278.380	-	8.366	-	286.746
(-) custo de captação - a amortizar	(17.941)	-	410	-	(17.531)
Total	710.640	-	16.730	(18.356)	709.014

	31/12/2015	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização	31/12/2016
Moeda nacional					
BNDES - Subcrédito A	220.966	-	20.598	(32.042)	209.522
BNDES - Subcrédito B	87.456	-	8.153	(12.682)	82.927
BNDES - Subcrédito C	9.868	-	922	(1.430)	9.360
BNDES - Subcrédito D	173.124	-	4.035	(28.767)	148.392
3º emissão de debêntures	254.833	-	32.965	(9.418)	278.380
(-) custo de captação - a amortizar	(19.499)	-	1.558	-	(17.941)
Total	726.748	-	68.231	(84.339)	710.640

- c. Em 31 de março de 2017, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos de dívidas e custo de captação, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
Principal e encargos	68.414	68.414	68.414	68.414	399.741	673.397
(-) custo de captação a amortizar	(1.421)	(1.421)	(1.421)	(1.421)	(10.287)	(15.971)
	<u>66.993</u>	<u>66.993</u>	<u>66.993</u>	<u>66.993</u>	<u>389.454</u>	<u>657.426</u>

15 Provisão para constituição de ativos

Natureza	31/12/2016	Pagamentos	31/03/2017
Máquinas e equipamentos	10.587	(349)	10.238
Montagem	13.235	-	13.235
Obras civis	4.162	-	4.162
Total	27.984	(349)	27.635

Notas Explicativas

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma, de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

16 Provisão para gastos ambientais

	31/12/2016	Pagamentos	31/03/2017
Passivo circulante	9.758	(1.327)	8.431
Passivo não circulante	734	-	734
Total	10.492	(1.327)	9.165

A Companhia realiza investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação em 31 de março de 2017. A contrapartida pela constituição dessas provisões foram registradas no ativo imobilizado.

17 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

(A) Perda provável: Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:

(i) Demandas Trabalhistas: 49 processos de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado de R\$1.455.

(ii) Demandas Cíveis: 02 processos de natureza cível, de valor em risco aproximado de R\$ 49.

Notas Explicativas

(B) Perda possível: Embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 31 de março de 2017 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) Demandas Tributárias: Não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

(ii) Demandas Cíveis: Atualmente existem 07 processos de natureza cível, de valor em risco aproximado em R\$ 1.898, com natureza de risco possível de perda. Além destes, considera-se como relevantes os processos abaixo relacionados.

Ação Civil Pública nº 00099563820104013100 proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, combatendo o empreendimento objeto da concessão da Companhia, a Aneel, o Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e a SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.529;

Ação Civil Pública nº 00016274120158030006 proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, na qual requer indenizações em decorrência de supostos danos materiais e morais causados ao meio ambiente. Não há valor em risco envolvido.

Ação Indenizatória nº 00022561520158030006 proposta por Dolivar Alfredo Furtado Abdon em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A., na qual requer a condenação por supostos prejuízos materiais e morais ocasionados durante a construção do empreendimento. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.098.

(iii) Demandas Trabalhistas: Não existem demandas judiciais ou administrativas de natureza trabalhista com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam considerados relevantes para nossos negócios.

(iv) Demandas Arbitrais: Existe um procedimento arbitral com probabilidade de perda possível, a saber:

Procedimento Arbitral nº 21212/ASM, instaurado pela TSK Energia Desenvolvimento LTDA em face da Ferreira Gomes Energia S.A. em trâmite perante a Corte Internacional de Comércio (“ICC” – Internacional Chamber of Arbitration). Trata-se de procedimento arbitral para dirimir controvérsia decorrente de “Contrato de Empreitada Total e Prazo Determinado para a Execução das Montagens dos Equipamentos Eletromecânicos, Hidromecânicos, Sistemas e Instalações” da AHE Ferreira Gomes. O valor em risco não pode ser estimado.

(v) Demandas Ambientais: Existem 2 Autos de Infração com probabilidade de perda possível, nos quais transcrevemos abaixo:

Notas Explicativas

Auto de Infração Ambiental nº 013596, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 20.000. Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, será extinto.

Auto de Infração Ambiental nº 014689, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 30.000.

(vi) Demandas Regulatórias: Atualmente a Companhia é Parte em 01 processo de ordem regulatória, valendo mencionar o seguinte:

Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0076295-10.2014.4.01.3400, atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. O valor de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado na Companhia, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 5.952.

Notas Explicativas

18 Partes relacionadas

18.1 Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados ou que possam vir a ser celebrados com partes relacionadas, são avaliados a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº699, de 26 de janeiro de 2016.

	31/03/2017	31/12/2016
<u>Ativo circulante - partes relacionadas</u>		
Venda de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	10.081	5.293
Venda de energia elétrica - Foz do Rio Claro Energia S.A.	4.621	-
Venda de energia elétrica - Ijuí Energia S.A.	178	-
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	920	-
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	995	-
	16.795	5.293
<u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u>		
Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimentos S.A. (a)	22.252	7.252
	22.252	7.252
<u>Receita - partes relacionadas</u>		
Venda de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	15.375	59.572
Venda de energia elétrica - Energia dos Ventos S.A. (b)	-	27.628
Venda de energia elétrica - Foz do Rio Claro Energia S.A.	4.621	-
Venda de energia elétrica - Ijuí Energia S.A.	178	-
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	920	-
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	995	-
	22.089	87.200
<u>Custo - partes relacionadas</u>		
Compra de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	6.400	-
Compra de energia elétrica - Energia dos Ventos S.A. (b)	-	20.300
	6.400	20.300

- a.** A Companhia necessitou de recursos por parte da acionista Alupar Investimento S.A. Até 31 de dezembro de 2016 o montante recebido era de R\$ 7.252. No primeiro trimestre de 2017 foram recebidos R\$ 16.000, sendo que R\$ 1.000 foi integralizado, restando a integralizar o montante de R\$ 22.252. Os montantes foram aportados no período de 14 de junho de 2016 a 14 de março de 2017.
- b.** Compra de energia elétrica, no exercício de 2016, no montante de R\$ 20.300 refere-se a exposição negativa da Companhia na CCEE devido a necessidade de vender energia elétrica para os parques eólicos Energia dos Ventos, em função da recusa por parte da ANEEL de postergar o início de suprimento dos CCEARs dos parques eólicos Energia dos Ventos S.A. - partes relacionadas. A energia ora comprada foi revendida aos parques eólicos pelo montante de R\$ 27.628.

Notas Explicativas

8.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/03/2017
Alupar	26/12/2012	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	439.798
Alupar	13/06/2011	Conselho de Administração	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FG0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	05/05/2011	30/06/2017	161.000	4.830
Alupar	30/05/2014	Conselho de Administração	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	210.900	286.746
Alupar	04/07/2016	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 100416060156300 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	04/07/2016	04/07/2017	3.384	15
Alupar	29/02/2016	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180111216 - Referente a reclamação trabalhista	Prestação de Garantias (Fianças)	01/03/2016	28/02/2018	537	20

8.3 Remuneração da alta administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembléia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Nas Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária - AGOEs da Companhia realizadas em 28 de abril de 2017 e em 18 de abril de 2016, os membros do Conselho de Administração e Diretoria renunciam a qualquer remuneração. O plano de remuneração é rateado e assumido entre as demais partes relacionadas.

Notas Explicativas

19 Patrimônio líquido

9.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia, conforme AGE de 10 de julho de 2014 é de R\$ 700.000.

Em 13 de fevereiro de 2017 a Companhia aumentou novamente seu capital social, mediante conversão de adiantamento para futuro aumento de capital já aportado em R\$ 1.000 (mediante subscrição de 1.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 783.829 para R\$ 784.829.

A composição acionária da Companhia em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	Quantidades de ações	
	31/03/2017	31/12/2016
Alupar Investimento S.A.	784.828.528	783.828.528
Membros do conselho de administração	1	1
	<u>784.828.529</u>	<u>783.828.529</u>

Reserva de Lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

b. Reserva especial para dividendos não distribuídos

- Reserva decorrente dos dividendos mínimos obrigatórios apurados em exercícios anteriores devidos aos acionistas da Companhia.

c. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

Notas Explicativas

20 Resultado por ação

	31/03/2017	31/03/2016
Numerador		
Lucro do período	4.752	3.537
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	784.339.893	721.318.022
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,006	0,005

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

21 Receita operacional líquida

	Nota	31/03/2017	31/03/2016
Receita Bruta			
Suprimento de energia - ambiente regulado		24.160	22.466
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	18.1	22.089	30.259
Ajuste positivo CCEE		4.827	-
		51.076	52.725
Deduções			
PIS - Programa de integração social		(852)	(772)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(3.925)	(3.555)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento		(460)	(474)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(161)	(189)
		(5.398)	(4.990)
Receita operacional líquida		45.678	47.735

Notas Explicativas

22 Custos e despesas operacionais

Nota	31/03/2017		31/03/2016	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis				
Encargos de uso da rede elétrica	(4.977)	-	(4.753)	-
Compensação financeira	(1.052)	-	(460)	-
Utilização do Bem Público - UBP	(94)	-	(94)	-
	(6.123)	-	(5.307)	-
Custos gerenciáveis				
Doações, contribuições e subvenções	(38)	-	(35)	-
Energia elétrica comprada para revenda e/ou Crédito de PIS e COFINS	1.134	-	(2.000)	-
Energia elétrica comprada para revenda - Partes relacionadas 18.1	(6.400)	-	-	-
Seguros	(646)	-	(634)	-
Aluguéis	(38)	(132)	(193)	(155)
Pessoal	(207)	(33)	(204)	(344)
Material	(93)	-	(110)	-
Serviços de terceiros	(410)	(590)	(2.975)	(962)
Provisão (reversão) para contingências	64	-	(416)	-
Outros custos	(98)	(16)	(115)	-
Outras receitas	-	-	-	31
	(6.732)	(771)	(6.682)	(1.430)
Depreciação e Amortização				
	(9.113)	(99)	(9.397)	(99)
	(9.113)	(99)	(9.397)	(99)
Total				
	(21.968)	(870)	(21.386)	(1.529)

23 Resultado financeiro

	31/03/2017	31/03/2016
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	1.083	834
Juros s/ faturas a receber em atraso	78	69
Outras receitas financeiras	11	28
	1.172	931
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(16.730)	(20.287)
Outras despesas financeiras	(123)	(36)
	(16.853)	(20.323)
Resultado financeiro		
	(15.681)	(19.392)

Notas Explicativas

24 Imposto de renda e contribuição correntes

	31/03/2016		31/03/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	5.428	5.428	7.159	7.159
(-/+ Adições e/ou exclusões	152	152	(64)	(64)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	5.580	5.580	7.095	7.095
Compensação de prejuízo Fiscal 30%	-	-	(2.128)	(2.128)
IRPJ (15%)	837	-	745	-
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R\$ 240/ano) 10%	552	-	491	-
CSLL 9%	-	502	-	447
Total dos tributos correntes	1.389	502	1.236	447

25 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

25.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

25.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis.

	31/03/2017		31/12/2016		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	9.467	9.467	9.658	9.658	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	48.139	48.139	30.728	30.728	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	36.441	36.441	21.304	21.304	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	94.047	94.047	61.690	61.690		
Passivo						
Fornecedores	11.339	11.339	9.093	9.093	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos, financiamentos e debêntures	709.014	683.486	710.640	700.144	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	720.353	694.825	719.733	709.237		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa, equivalentes de caixa, e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil; e

Notas Explicativas

- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar).

BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

3º emissão de debêntures: Considera-se que os saldos contábeis das debêntures aproximam-se dos seus valores justos.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o período de 3 meses findo em 31 de março de 2017.

5.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No período findo em 31 de março de 2017, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

5.4 Informações sobre liquidez

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, e para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Notas Explicativas

25.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2017, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de março de 2017, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Indexador	Posição em 31/03/2017	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		4,38%	6,56%	8,75%	10,94%	13,13%
Aplicações financeiras de liquidez imediata (equivalentes de caixa)	CDI	300	450	600	750	900
Títulos e Valores mobiliários	CDI	2.106	3.159	4.212	5.265	6.318

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2016 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 31 de março de 2017, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de março de 2017 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/03/2017 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			2,25%	3,38%	4,50%	5,63%	6,75%
3ª emissão de debêntures	IPCA +	279.348	24.766	28.112	31.458	34.804	38.150
			3,75%	5,63%	7,50%	9,38%	11,25%
BNDES subcrédito (A, B e C)	TJLP +	275.477	17.018	22.304	27.590	32.876	38.163

(*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

25.6 Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Notas Explicativas

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pelo nosso conselho de administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de março de 2017, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	9.685	1.654	-	-	-	11.339
Provisão para constituição de ativos	-	27.635	-	-	-	27.635
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.050	40.538	124.384	200.979	332.063	709.014
Total	20.735	69.827	124.384	200.979	332.063	747.988

Notas Explicativas

25.7 Gestão de capital

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

	31/03/2017	31/12/2016
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(51.588)	(48.688)
Não circulante	(657.426)	(661.952)
Dívida total	(709.014)	(710.640)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	57.606	40.386
Dívida líquida	(651.408)	(670.254)
Patrimônio líquido	829.371	823.619
Índice de endividamento líquido	0,79	0,81

26 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumariza os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de março de 2017.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco operacional	1.018.490	952	03/12/2017
Risco de responsabilidade civil geral	100.000	73	03/12/2017
Total	1.118.490	1.025	

Notas Explicativas

28 Informações por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente e consequentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro. As operações da Companhia são realizadas em território nacional.

29 Eventos Subsequentes

Em 27 de abril de 2017 a Companhia aumentou novamente seu capital social, mediante conversão de adiantamento para futuro aumento de capital já aportado em R\$ 3.742 (mediante subscrição de 3.742 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 784.829 para R\$ 788.571.

* * *

Contadora

Patrícia N. S. Ferreira
CRC 1SP237063/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Diretores da

Ferreira Gomes Energia S.A

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ferreira Gomes Energia S.A

("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR acima referido não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

São Paulo, 12 de maio de 2017

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2017.

Marcelo Patrício Fernandes Costa

Diretor Administrativo Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

João Carlos Pelicer

Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

São Paulo, 12 de maio de 2017.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as conclusões expressas no relatório dos Auditores Independentes para o período findo em 31 de março de 2017.

Marcelo Patrício Fernandes Costa

Diretor Administrativo Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

João Carlos Pelicer

Diretor Técnico

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Complementação de assinaturas no parecer de auditoria.